



ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DE JUNDIAÍ

Termo de Referência N° SEI 1523852/2024

Em 24/04/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo SEI nº 055/2024.

Unidade Interessada: Escola de Gestão Pública de Jundiaí - EGP

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de serviços de AGENTE DE INTEGRAÇÃO para implementação do programa de estágio para seleção de estudantes regularmente matriculados e com frequência em curso de nível superior bacharelado, vinculados à instituição de ensino público e privado, objetivando o preenchimento de vagas de estágio oferecidas pela Escola de Gestão Pública de Jundiaí - EGP, distribuídas entre os Departamentos Internos, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo. A presente demanda permitirá a contratação total de 06 (seis) estagiários, sendo de nível superior com carga de 30 horas semanais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL POR MÊS
01	Contratação de empresa para administração de estágios, na condição de AGENTE DE INTEGRAÇÃO de estágios	77944	Vagas	06	R\$ 101,64	R\$ 609,84

1.2. O custo estimado mensalmente da contratação é de R\$ 609,84 (seiscentos e nove reais e oitenta e quatro centavos), conforme custo unitário apostado na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Esta contratação está fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, art.1, anexo, do Decreto 11.871/23 e nos fundamentos à seguir:

2.2. A Contratação de Empresa para prestar Serviços de Agente de Integração para Implementação do Programa de Estágios para Seleção de Estudantes de Nível Superior se justifica, visando atender às atividades finalísticas da Escola de Gestão Pública de Jundiaí - EGP. A inclusão desses estagiários nas equipes contribuirá para fortalecer as atividades relacionadas aos eventos, palestras e cursos oferecidos aos servidores, alinhando-se aos objetivos da EGP. A contratação de estagiários representa uma estratégia eficaz para a ampliação das equipes, introdução de novas perspectivas e fortalecimento das práticas voltadas para as atividades finalísticas da EGP. Além disso, proporciona aos estagiários a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. Algumas das principais razões para contratar estagiários incluem:

2.2.1. Renovação e Atualização: Estagiários trazem novas ideias, perspectivas e conhecimentos recentes adquiridos durante sua formação acadêmica, o que pode contribuir para a renovação e atualização de práticas e abordagens.

2.2.2. Custo-benefício: Estagiários muitas vezes representam uma opção mais econômica para realizar tarefas específicas, pois seus salários tendem a ser menores do que os de profissionais já formados. Isso pode ser especialmente vantajoso para organizações com orçamento limitado.

2.2.3. Formação prática: Estagiários têm a oportunidade de aplicar na prática os conceitos aprendidos em sala de aula. Isso proporciona uma experiência valiosa para sua formação profissional e pode resultar em profissionais mais qualificados no futuro.

2.2.4. Aprendizado contínuo para a organização: A presença de estagiários pode incentivar uma cultura de aprendizado contínuo dentro da organização, à medida que os profissionais mais experientes compartilham conhecimentos e os estagiários trazem novas abordagens.

2.2.5. Identificação de talentos: A contratação de estagiários oferece à organização a oportunidade de avaliar o desempenho e as habilidades dos estudantes antes de considerá-los para posições mais permanentes. Isso pode facilitar a identificação de talentos promissores.

2.2.6. Apoio em projetos específicos: Estagiários podem ser direcionados para trabalhar em projetos específicos, aliviando a carga de trabalho de funcionários mais experientes e permitindo que se concentrem em tarefas mais complexas.

2.2.7. Conexão com instituições de ensino: A contratação de estagiários pode fortalecer a relação da organização com instituições de ensino, estabelecendo parcerias que podem ser benéficas a longo prazo.

2.2.8. Adaptação à cultura organizacional: Estagiários têm a oportunidade de se familiarizar com a cultura e os valores da organização desde o início de suas carreiras, o que pode contribuir para uma transição mais suave para cargos permanentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. A inclusão desses estagiários nas equipes contribuirá para fortalecer as atividades relacionadas aos eventos, palestras e cursos oferecidos aos servidores, alinhando-se aos

objetivos da EGP. Visando atender a demanda desta Autarquia, pensando em contratações externas, observou-se a contratação de estagiários, com finalidade obrigatória ou não, que será desenvolvido em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais e com o projeto pedagógico do curso, nos termos da Lei nº 11.788/08, tendo como finalidade a preparação para o trabalho produtivo de educandos.

3.2. Referida solução apontada, apresenta economicidade e celeridade, haja vista a contratação de empresa especializada com finalidade de administrar as vagas e a contratação dos estagiários.

3.3. As condições de execução constam dispostas no item 5 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação tem como um de seus requisitos a idoneidade da empresa, bem como sua capacidade de contratar com a Administração Pública, apresentando para tanto os documentos comprobatórios no momento oportuno.

4.2. É requisito para contratação que a empresa tenha atuação na Região Metropolitana de Jundiaí/SP.

4.3. A empresa contratada deverá liberar a contratante, uma quantidade mínima de 10 (dez) currículos por vaga, enviando nova remessa sempre que necessário até satisfeita a demanda da contratante.

4.4. As áreas que apresentam oportunidade para estágio na EGP são: administração, direito, comunicação social, marketing, propaganda e jornalismo, eventos, tecnologia da informação e pedagogia.

4.5. Não será admitida subcontratação.

4.6. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O agente de integração deverá iniciar a prestação de serviços em até 20 (vinte) dias após a contratação;

5.1.2. O número de vagas ofertadas será de até 6 (seis) estagiários, e serão providas na

medida em que forem solicitadas pela EGP.

5.1.3. A carga horária de estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, compreendido entre o horário de funcionamento da EGP, na sede da escola, na Rua Princesa Isabel, nº 257, Vila Arens, Jundiaí/SP.

5.1.4. A bolsa auxílio a ser ofertada no momento da abertura da vaga, as quais terão os seguintes valores, conforme o nível do ensino:

- a) Primeiro ano nível superior de ensino, será de R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais);
- b) Segundo ano nível superior de ensino, será de R\$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais);
- c) Terceiro ano nível superior de ensino, será de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais);
- d) Quarto ou último ano nível superior de ensino, será de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais)

5.6. A EGP se compromete a pagar aos educandos, igualmente, auxílio transporte no valor mensal limite de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados, podendo o Agente de Integração informar ao estudante, no ato de sua participação no processo seletivo o valor aproximado do auxílio transporte a ser pago.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Caberá, exclusivamente, a EGP o pagamento de bolsa-auxílio e eventuais benefícios que venham a ser concedidos ao ESTAGIÁRIO, assim como, o envio das informações ao Governo através do E-Social;

6.2. Fica a EGP, desde já, obrigada a:

- 6.2.1.** Identificar a oportunidade de estágio;
- 6.2.2.** Fazer o acompanhamento administrativo do estágio;
- 6.2.3.** Realizar a requisição de vagas de estágio ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO de forma expressa (escrita).
- 6.2.4.** A supervisão do estágio, bem como o controle da frequência e das atividades que serão desenvolvidas ficarão a cargo da chefia da unidade que receberá o estagiário, desde que possua formação ou experiência profissional na área de sua formação e grau de escolaridade maior do que o do estagiário.
- 6.2.5.** Em não sendo possível o exercício da supervisão pela chefia da unidade em que estiver alocado o estagiário, será designado servidor da EGP em condições de exercê-la.
- 6.2.6.** Formalizar as oportunidades de estágio em conjunto com a AGENTE DE INTEGRAÇÃO, atendendo às condições definidas pelas Instituições de Ensino;
- 6.2.7.** Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar aos educandos atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- 6.2.8.** Receber os estudantes que lhe forem encaminhados e informar à AGENTE DE INTEGRAÇÃO o nome dos aprovados para estágio;

6.2.9. Indicar servidor do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 06 (seis) estagiários simultaneamente.

6.2.10. Celebrar Termo de Compromisso de Estágio e respectivos Aditivos;

6.2.11. Efetuar o pagamento mensal das bolsas auxílio, diretamente aos seus estagiários;

6.2.12. Entregar termo de realização de estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho por ocasião do desligamento do estagiário;

6.2.13. Informar à AGENTE DE INTEGRAÇÃO a rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio, para as providências necessárias em relação à interrupção dos procedimentos administrativos a cargo da AGENTE DE INTEGRAÇÃO;

6.2.14. Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

6.2.15. Conceder recesso remunerado e auxílio transporte nos termos da Lei nº 11.788/08;

6.2.16. Reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação, previamente informados pelo estagiário;

6.2.17. Zelar pelo cumprimento de todas as responsabilidades indicadas no Termo de Compromisso de Estágio.

6.3. A seleção dos estagiários deverá ocorrer na cidade de Jundiaí, onde está localizada a sede da Escola de Gestão Pública de Jundiaí – EGP.

6.4. O estagiário deverá cumprir a jornada de 06 (seis) horas diárias, conforme descrição detalhada no item 1, conforme a necessidade da EGP, totalizando 30 (trinta) horas semanais.

6.5. O estagiário poderá participar do programa de estágio, desde que:

a) Esteja devidamente matriculado em Instituição de Ensino e apresente frequência satisfatória;

b) Não ultrapasse os 24 (vinte e quatro) meses de estágio vinculados ao CNPJ da contratante, no caso, da Escola de Gestão Pública de Jundiaí - EGP, conforme legislação vigente;

6.6. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.7. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.8. Além das certidões acima descritas, será emitida Certidão Negativa de Improbidade Administrativa emitida pelo CNJ ou assim como as Certidões do Cadastro Nacional (CEIS e CNEP) emitidas pela CGU.

7. AGENTE DE INTEGRAÇÃO:

7.1. São obrigações da AGENTE DE INTEGRAÇÃO

- 7.1.1.** Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 7.1.2.** Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e a qualificação exigidas na contratação;
- 7.1.3.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela EGP, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 7.1.4.** Obter da EGP a qualificação das oportunidades de estágio passíveis de serem concedidas;
- 7.1.5.** Encaminhar estudantes cadastrados e identificados com as oportunidades de estágio concedidas;
- 7.1.6.** Selecionar os candidatos na cidade de Jundiaí, onde a EGP possui sua sede;
- 7.1.7.** Preparar toda a documentação legal referente ao estágio;
- 7.1.8.** Preparar e providenciar para que a EGP assine o Termo de Compromisso, observadas as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;
- 7.1.9.** Promover periodicamente orientação aos supervisores de estágio da EGP com a finalidade de mantê-los atualizados em relação às normas legais e condições vigentes para o estágio de estudantes;
- 7.1.10.** Observar o cumprimento, pelas Instituições de Ensino conveniadas, dos requisitos e condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- 7.1.11.** Contratar e manter, durante todo o período de vigência do contrato, Apólice Coletiva de Seguro contra Acidentes Pessoais, figurando a EGP como sub-estipulante em favor do grupo de estagiários contratados sob a intermediação da AGENTE DE INTEGRAÇÃO;
- 7.1.12.** Disponibilizar mecanismos de controle semestral dos relatórios de atividades preenchidos pelo supervisor de estágio da EGP;
- 7.1.13.** Disponibilizar, na modalidade presencial ou à distância, oficinas de capacitação para os estagiários;
- 7.1.14.** Comunicar, imediatamente, à EGP todo e qualquer ato ou fato que considere relevante, que venha a interferir na dinâmica do trabalho referido neste contrato.
- 7.1.15.** O AGENTE DE INTEGRAÇÃO, se obriga, a prestar os serviços exclusivamente de recrutamento e seleção, e/ou administração de ESTAGIÁRIOS conforme as especificações estabelecidas nas exigências legais da Lei 11.788/2008.

7.2. A realização de estágio curricular não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e será efetivada mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a Escola de Gestão Pública de Jundiaí – EGP, com interveniência da instituição de ensino.

7.3. Todos os currículos pré-selecionados pela contratada, devem necessariamente ser de estudantes matriculados em curso de nível superior de áreas correlatas às nossas atividades finalísticas tais como, pedagogia, tecnologia da informação, administrativa/financeira,

comunicação, marketing, jornalismo e jurídica.

7.4. Para cada vaga disponível serão enviadas as especificações técnicas, pela EGP bem como as atividades / responsabilidades necessárias para pré-seleção dos candidatos.

7.4. É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista acima e proibida a compensação de horário, salvo quando justificada e devidamente autorizada, por escrito, pela chefia imediata, hipótese em que o estagiário deverá compensar o horário não trabalhado até o mês subsequente ao da ocorrência.

7.5. Será assegurada ao estagiário, nos períodos de avaliação de aprendizagem pelas instituições de ensino, carga horária reduzida pelo menos à metade, mediante comprovação formal da própria instituição de ensino.

7.6. Será assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 2 (dois) semestres, período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, e de forma proporcional, na hipótese de estágio inferior a dois semestres.

7.7. O recesso deverá ser desfrutado, preferencialmente, durante as férias escolares, sendo permitido o parcelamento em até três etapas.

7.8. O recesso será remunerado.

8. FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES:

8.1. O recebimento da prestação de serviço será realizado por esta entidade solicitante, a qual emitirá, após o recebimento dos materiais, o seu parecer de liquidação, positivo ou negativo, seguindo-se o processo para as providências legais de pagamento.

8.2. As condições de liquidação e de pagamento serão as utilizadas como padrão pela EGP para a aquisição de bens comuns.

8.3. A EGP reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados, através do GESTOR DE CONTRATOS E FISCAL DE CONTRATOS DA EGP, embora a empresa vencedora seja a única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, bem como pelos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, por ato próprio dessa ou de seus operários e/ou prepostos.

8.4. A Escola de Gestão Pública de Jundiaí – EGP comunicará à agente de integração a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma, as quais, se não forem atendidas, serão objeto de comunicação oficial à agente de integração, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

8.5. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato serão registradas, pelo GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS DA EGP, em livro próprio, constituindo tais registros documentos legais.

8.6. Somente o AGENTE DE INTEGRAÇÃO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.9. Além das certidões acima descritas, será emitida Certidão Negativa de Improbidade Administrativa emitida pelo CNJ ou assim como as Certidões do Cadastro Nacional (CEIS e CNEP) emitidas pela CGU.

8.10. Caso ocorra inadimplência total ou parcial das obrigações assumidas pela AGENTE DE INTEGRAÇÃO, estará esta sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

8.11. Na hipótese prevista nesta cláusula, o montante da multa poderá, a critério da EGP, ser cobrado ou compensado com valores devidos ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO, independentemente de qualquer notificação, respeitado, previamente, o direito de defesa.

8.12. Assegurada prévia defesa à AGENTE DE INTEGRAÇÃO e observada a gravidade da falta, a EGP poderá aplicar-lhe as demais penalidades cominadas no art. 156 da Lei no 14.133/2021, quais sejam:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) do valor global da contratação por dia corrido de atraso, até que seja efetivada a prestação do serviço, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela AGENTE DE INTEGRAÇÃO e aceito pela EGP;
- c) suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a EGP, até o limite de dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a EGP, até que seja promovida a reabilitação da AGENTE DE INTEGRAÇÃO.

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

9.1. Proteção de dados e cumprimento da Lei 13.709/2018. As Partes, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem do objeto deste contrato, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente. A AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem acessar dados pertinentes na medida que sejam estritamente necessários para a finalidade deste contrato, assegurando ainda que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromisso de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

9.2. Regularidade da coleta. Cada uma das Partes deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD, sendo da Parte Controladora a responsabilidade pela obtenção e controle das autorizações e/ou consentimentos necessários junto aos titulares dos dados.

9.3. Tratamento de dados. De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessário para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual, ou ainda com fundamento em outra base legal válida e específica. A AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá colocar à disposição da EGP, caso seja solicitada, toda a informação necessária para cumprimento de tal obrigação e permitir inspeções, auditorias e contribuir com elas em relação ao tratamento de dados pessoais.

9.4. Segurança e boas práticas. Cada uma das Partes deverá também adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados. A AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá auxiliar a EGP na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança que possam ocorrer e na elaboração dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais quando necessário.

9.5. Monitoramento da conformidade. Cada uma das Partes compromete-se a acompanhar e monitorar a conformidade das suas práticas, assim como as dos seus suboperadores e quaisquer terceiros, com as obrigações de proteção dos dados pessoais previstas neste instrumento, e deverá, quando necessário, fornecer à outra Parte as informações pertinentes para fins de comprovação destes controles. A AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá notificar imediatamente a EGP ao receber o requerimento de um titular de dados e quando for o caso, auxiliar a EGP na elaboração de resposta de tal requerimento.

9.6. Propriedade dos dados. O presente instrumento não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito deste instrumento, que permanecerão sendo de propriedade do seu proprietário originário.

9.7. Comunicação. Cada uma das Partes obriga-se a comunicar uma à outra, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, por escrito e entregue na forma física no endereço da EGP ou na forma eletrônica nos endereços de e-mail conforme edital e contrato, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, devendo neste caso a AGENTE DE INTEGRAÇÃO fornecer informações suficientes para que a EGP cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e ao(s) respectivo(s) titular(es) do(s) dado(s), mencionando no mínimo o seguinte:

- i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- ii) as informações sobre os titulares envolvidos;
- iii) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- iv) os riscos relacionados ao incidente;
- v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

9.8. Cooperação. As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

9.9. Devolução/Eliminação dos Dados. Cada Parte se compromete ainda, imediatamente, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver a EGP ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito a EGP, o cumprimento de tal obrigação obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

9.10. Responsabilidade. A AGENTE DE INTEGRAÇÃO responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a EGP ou a terceiros decorrentes do descumprimento da legislação aplicável, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização da EGP em seu acompanhamento

10. CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 10.1.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação pela empresa contratada de termos detalhados.
- 10.1.2.** Após aprovação da EGP, a empresa vencedora deverá emitir a Nota Fiscal, que será liquidada em consonância com o previsto no item 7.2. deste termo de Referência.
- 10.1.3.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual

período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da contratação.

10.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o agente de integração providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.4. Constatando-se a situação de irregularidade do agente de integração, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da EGP.

10.5. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela EGP, pode culminar em rescisão da contratação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. O agente de integração será selecionado por meio da realização de procedimento de compra direta pela modalidade de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

11.2. O agente de integração será selecionado por meio da realização de contratação direta com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

11.3. O valor a ser informado deverá ser o valor da taxa administrativa por estagiário contratado, em um total de até 06 (seis) estagiários ativos, considerando o período de 12 meses.

11.4. Além das pesquisas de preço, instruem a presente demanda, as consultas/certidões

constantes nos itens 6.6; 6.7; 6.8, de modo a demonstrar que a empresa contratada está habilitada a participar do processo, cf. artigo 62 e seguintes da Lei 14.133/21.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O valor apresentado por 12 (doze) meses de até 06 (seis) estagiários é de R\$ 7.318,08 (sete mil trezentos e dezoito reais e oito centavos).

12.2. Foram realizadas pesquisas via Internet, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em busca de empresas especializadas. Das pesquisas resultaram 3 (três) orçamentos competitivos entre si, os quais encontram-se anexados ao presente processo

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente compra / contratação correrão à conta de recursos próprios, com emissão prévia da nota de empenho à conta da seguinte dotação 3.3.90.39.00.0.



Documento assinado eletronicamente por **ANA ELISA VIEIRA, Assessora**, em 26/04/2024, às 09:28, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.jundiai.sp.gov.br> informando o código verificador **1523852** e o código CRC **9FDC4B92**.

Rua Princesa Isabel, 257 - Bairro Vila Arens - Jundiaí - SP - CEP 13201-650

Tel: 11 4583 1177 - egp.jundiai.sp.gov.br

EGP.0000055/2024

1523852v40